



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 141/XIII/ 4.ª SL

Aos 23 dias do mês de outubro, de 2018, reuniu a Comissão de Saúde no exterior do Palácio de S. Bento, no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, em Aveiro, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

11:15 Apresentação de cumprimentos ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV);

11:30 Audição da diretora demissionária do Serviço de Urgência, Elsa Rocha, a requerimento do BE e do PSD, bem como do grupo de médicos do Serviço de Urgência que lhe manifestaram solidariedade nessa decisão, a requerimento do PSD;

14:30 Audição do Conselho de Administração do CHBV, a requerimento do BE e do PSD, sobre as condições de funcionamento do Serviço de Urgência;

16:00 Visita a serviços do CHBV.

11:15 Apresentação de cumprimentos ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV)

O Presidente da Comissão de Saúde, acompanhado pelos Deputados da Comissão e do círculo eleitoral de Aveiro que integraram a delegação, apresentou cumprimentos à Presidente do Conselho de Administração (CA), Margarida França, bem como aos outros membros do CA também presentes, agradecendo a sua disponibilidade e o apoio para a realização destas audições a realizar em conformidade com o seguinte programa.

11:30 Audição da diretora demissionária do Serviço de Urgência, Elsa Rocha, a requerimento do BE e do PSD, bem como do grupo de médicos do Serviço de Urgência que lhe manifestaram solidariedade nessa decisão, a requerimento do PSD

O Presidente deu início à audição da diretora demissionária do Serviço de Urgência, Elsa Rocha, explicando que a audição responde ao requerimento do BE, sendo que o Deputado Moisés Ferreira, seu subscritor, não pode participar por motivo de doença, e ao requerimento do PSD. Apresentou de seguida os Deputados presentes.

Estiveram também presentes na audição os médicos do serviço de urgência Pedro Melo Lopes, Ilka Martins Rosa e Gulsava Balabayena, que se solidarizaram com a diretora demissionária.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 141/XIII/ 4.ª SL

A Dr.ª Elsa Rocha fez um enquadramento da situação que está na origem desta audição, começando por dar conta de que não era mais demissionária porque a sua demissão havia sido aceite pelo CA, não por não concordarem com os motivos que a levaram a pedi-la, mas porque entendiam não existirem mais condições para que se mantivesse em funções, dada a dimensão mediática do caso. Referiu estar neste serviço há 6 anos e que muitas foram as alterações ocorridas ao longo deste tempo, mas foram sendo feitos ajustes face às necessidades, tendo como padrão/modelo o serviço de urgência do Hospital de S. João, no Porto. Lutou muitos anos para que fosse criada a unidade de cuidados intermédios (a unidade de cuidados cirúrgicos já existe), e considera que cada vez há mais doentes, havendo necessidade de investimento e novas soluções de tratamento. Relatou ter feito propostas que nunca foram aceites pelo CA, pelo que não tinha condições para continuar. As questões essenciais que levaram ao seu pedido de demissão prendem-se com os seguintes factos: os doentes permanecem nas urgências mais de 24h, nos corredores, por falta de vagas, sem terem sido aumentados os rácios de médicos e enfermeiros para os acompanharem; existe uma sobrecarga permanente no Hospital de Aveiro porque foram abertos serviços de medicina, mas não são hospitais de adultos; há falta de vagas para internar doentes, cada vez mais idosos, e os cuidados domiciliários podem ajudar mas não libertam as urgências com doentes em fase aguda; as redes de cuidados continuados não dão a resposta necessária em tempo; não tem sido possível resolver a questão das chefias de equipa.

O Deputado António Sales pediu a palavra para reiterar o que já havia declarado na reunião da Comissão que discutiu e votou os requerimentos, ou seja, que não está de acordo com a metodologia aprovada para esta audição, considerando que não deveriam ser feitas ao mesmo tempo a da diretora demissionária e a dos médicos que com ela se solidarizaram.

Para colocar questões e pedir esclarecimentos, seguiram-se as intervenções dos Deputados: Regina Bastos, que perguntou se existem garantias do CA de que as reivindicações serão concretizadas, designadamente quanto à falta de camas de internamento e a contratação de chefes de equipa e quais as razões substantivas, para além da exposição mediática, invocadas pelo CA para aceitar a demissão; Carla Tavares, que perguntou desde quando existe este problema com as chefias de equipa, se a unidade de cuidados intermédios poderia resolver a situação de doentes a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 141/XIII/ 4.ª SL

aguardar demasiado tempo nos corredores da urgência, desde quando se verifica esta incapacidade em dar resposta às necessidades de internamento e em que medida foi agravada a resposta do Hospital de Aveiro com a diminuição de competências dos Hospitais de Águeda e Estarreja; António Carlos Monteiro, que disse estar preocupado com a situação do Hospital de Aveiro, pedindo esclarecimentos sobre as demissões, que o CA disse não existirem, perguntando como se explica ter sido aceite a sua demissão e o que se passa no tocante aos médicos especialistas na escala de urgências; Diana Ferreira, que disse que o PCP acompanha de há muito esta questão e que nunca foi favorável à criação de centros hospitalares, pedindo esclarecimentos sobre os doentes que ficam nas urgências, querendo saber se é uma questão pontual ou sistemática, sobre a falta de enfermeiros e médicos e sobre a realidade dos médicos tarefeiros.

Foram prestados esclarecimentos pela ex-diretora do serviço de urgências, que enfatizou não ter conhecimento do que estará a ser feito a partir da data da sua demissão, que pediu em setembro, e que o motivo invocado para ser aceite foi apenas a projeção mediática do caso. Disse que os problemas com as chefias de equipa existem há anos, e que a gota de água foi não ter sido respeitada uma norma do serviço quanto ao transporte de doentes ventilados, que tem de ser feito por quem tem competência para o fazer. Reiterou que diariamente há doentes que permanecem na urgência mais de 24h.

O médico Pedro Melo Lopes deu algumas informações adicionais, dizendo que as escalas nas urgências deviam integrar 3 médicos/cirurgiões, mas nunca estão completas, e que existem atualmente cerca de 70 médicos tarefeiros, quando antes eram 20.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Rui Cruz, Carla Tavares, António Carlos Monteiro e Diana Ferreira, que foram prestados por Elsa Rocha, que frisou não ver quaisquer mudanças desde a sua demissão e que as urgências não funcionariam sem os tarefeiros, estando alguns a cumprir horas e outros com horário completo, e ainda por Pedro Melo Lopes.

O Presidente da Comissão agradeceu a presença e disponibilidade de todos para a audição, bem como a informação que foi disponibilizada.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 141/XIII/ 4.º SL

14:30 Audição do Conselho de Administração do CHBV, a requerimento do BE e do PSD, sobre as condições de funcionamento do Serviço de Urgência

Teve lugar, em seguida, a audição do Conselho de Administração do CHBV, estando presentes a sua Presidente, Margarida França, dois vogais executivos, Ana Gago e Francisco Picado, o diretor clínico, Frederico Cerveira e a enfermeira diretora, Lucinda Godinho. Estas audições foram requeridas pelo BE e pelo PSD.

O Presidente da Comissão agradeceu a hospitalidade e disponibilidade, dizendo que a Comissão não fica fechada nas salas da AR, deslocando-se aos hospitais para conhecer a situação real, para que melhor possa ajudar a resolver os problemas. Explicou os requerimentos e apresentou os Deputados presentes. Deu depois a palavra à Presidente do CA para uma intervenção inicial. Esta apresentou os membros do CA e disse considerar uma honra receber a Comissão. Fez uma caracterização do CHBV, tendo sido distribuído um documento com informação. Considera que não são as instalações que prendem os médicos, mas antes a capacidade dos hospitais de fazerem investigação e o tipo de cuidados que podem prestar. Gostaria de ter uma unidade formativa e falou de outros projetos, como sejam, criação de unidades domiciliárias, autoavaliação, para melhorar a qualidade, melhoria das atuais instalações e a celebração de um protocolo com a Universidade para construção de um centro associado à Faculdade de Medicina.

Para colocar questões e pedir esclarecimentos, seguiram-se as intervenções dos Deputados: Rui Cruz, que falou de dois problemas crónicos, que são o subfinanciamento e a construção do novo hospital de Aveiro, perguntando se estão em causa os financiamentos que já foram aprovados, qual o ponto de situação de alguns dos projetos enunciados e se há articulação com lares de idosos no sentido de se poder resolver a falta de camas; António Sales que saudou o CA pela forma competente e fluida como avalia a situação, pensando que o mais importante é ver o que está em curso e como poderão avançar os projetos, acrescentando que a unidade de cuidados intermédios será muito relevante para ajudar a melhorar as condições de resposta; António Carlos Monteiro, que sublinhou a importância da resolução das questões que se prendem com o serviço de urgência, perguntando se faltam camas para internamento, o que se passa com as chefias de equipa, porque foi aceite a demissão da diretora do serviço de urgências e se a melhor solução é que esta função seja assumida pelo diretor clínico, o que se passou com o transporte do doente

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 141/XIII/ 4.º SL

ventilado e se há calendarização e envelope financeiro para a construção de novos serviços; Diana Ferreira, que perguntou que meios tem o CA para cumprir a sua função, designadamente em termos de recursos humanos, o que se passa com os médicos tarefeiros e quantos são, se faltam médicos/cirurgiões, se os doentes permanecem nas urgências para além das 24h e como estão tentar suprir as carências.

A Presidente do CA prestou os esclarecimentos solicitados, acentuando que o CA sempre foi ouvido pela tutela e que foram inscritas as verbas no OE. O estudo prévio para o novo hospital está a decorrer e, em 2019, será feito o estudo funcional. Afirmou não haver falta de camas, que algumas das questões suscitadas pela ex- diretora podiam ser por ela resolvidas, eram mesmo da sua competência, e que a acumulação de funções pelo diretor clínico está a resultar bem. Quanto aos tarefeiros, disse que não são 70, mas cerca de 40, que muitos fazem horas e alguns não querem horário completo.

A Deputada Diana Ferreira agradeceu o documento distribuído e o Deputado Rui Cruz pediu alguns esclarecimentos finais que foram prestados pela Presidente do CA e pelo diretor clínico.

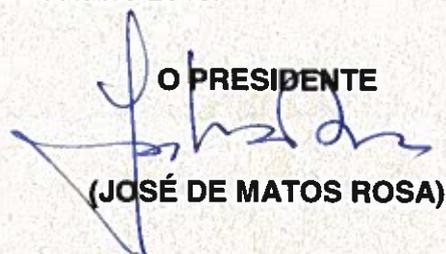
O Presidente da Comissão agradeceu uma vez mais todas as explicações dadas.

16:00 Visita a serviços do CHBV

No final da audição foi realizada uma visita a alguns dos serviços do CHBV, nomeadamente aos Serviços de Urgência, Ortopedia, Consultas e Otorrinolaringologia. Foi também explicada a localização do novo hospital, havendo obras em curso.

A reunião foi encerrada às 19:30 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 outubro 2018.


O PRESIDENTE
(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 141/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Fátima Ramos
José António Silva
José de Matos Rosa
Miguel Santos
Ricardo Baptista Leite
António Carlos Monteiro
António Topa
Bruno Coimbra
Carla Tavares
Diana Ferreira
Helga Correia
Regina Bastos
Rosa Maria Bastos Albernaz
Rui Cruz
Susana Lamas